

II ENPES - Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária

“A economia solidária sob diversos olhares”

22 de setembro de 2012

Anhembi Parque, São Paulo

Economia solidária, bem viver e decrescimento: três propostas diferentes?

Francisco Salau Brasil
Assessor da IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG
(Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Manuela Salau Brasil
Assessora da IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UEPG
(Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Resumo:

No ano de 2012 o movimento da economia solidária se organiza para a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária com o tema “Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”. Na vertente política do debate aparecem questões relacionadas à sustentabilidade, emancipação, desenvolvimento, diversidade, cidadania, territorialidade, entre outras, com o intuito de subsidiar a compreensão do tema proposto acima. Neste sentido, o objetivo desta comunicação é problematizar e relacionar os conceitos de economia solidária, bem viver e decrescimento que aparecem nos documentos de orientação para as discussões desde as plenárias municipais até o evento nacional. Entendemos que este esforço é válido uma vez que se propõe a analisar três conceitos que, apesar de próximos, poucas vezes são tratados em conjunto. Há vários textos que analisam, isoladamente, cada um deles, e a intenção deste artigo é investigar em que medida eles convergem – ou não – para um mesmo projeto de sociedade.

Palavras-chave (três): Economia Solidária, Bem Viver, Decrescimento

Introdução

A aproximação entre economia solidária e bem viver está presente no documento final da II Conferência Nacional de economia solidária realizada em 2010.

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2010, p. 10)

Embora seja louvável esta relação, a forma com que foi estabelecida assemelha-se mais com um recurso retórico do que uma construção teórica que estabelecesse um diálogo (necessário) entre ambas.

No ano de 2012 o documento de orientação da “V Plenária Nacional de Economia Solidária” vincula a economia solidária e o bem viver em seu tema: “Economia solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável.” No decorrer deste texto associa aqueles conceitos ao do decrescimento, mas sem tratar destas relações de forma mais aprofundada.

Com o intuito de contribuir para o debate sobre os nexos entre economia solidária, bem viver e decrescimento, e das possibilidades daí advindas, é que desenvolvemos este texto. Cada um dos conceitos é revisitado nas seções seguintes, para que então nas considerações finais sejam tecidas avaliações sobre possíveis enlaces.

1. Economia Solidária

As origens históricas da economia solidária remontam ao cooperativismo do século XIX que se constituiu como uma reação dos trabalhadores a nascente revolução industrial. Tendo seu período de auge, o movimento cooperativista sucumbiu à reação dos capitalistas, embora sem deixar de existir.

As crises enfrentadas pelo Brasil nas décadas de 1980 e 1990 fizeram vingar experiências de coletivos de trabalhadores que fizeram lembrar os ideais cooperativistas. Partilhando dos mesmos valores e princípios, embora num

contexto distinto, tais experiências passaram por uma espécie de atualização para se adequar a este outro momento histórico.

Inicialmente apoiadas por segmentos da igreja, Ongs, incubadoras universitárias, conquistou posteriormente apoio do governo federal. Durante a edição de Fórum Social Mundial de 2003 foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, como compromisso assumido pelo presidente eleito e fazendo-se cumprir uma demanda do movimento.

A criação da SENAES como parte do Ministério do Trabalho e Emprego garante um novo estatuto a economia solidária, gerando novas esperanças sobre seu futuro. A incorporação da economia solidária em estruturas municipais e estaduais vem ocorrendo desde então, mas passados mais de 10 anos de sua criação o balanço é que a economia solidária ainda é refém de problemas anteriores à instituição da secretaria nacional.

Na página da SENAES pode-se ler sobre a economia solidária:

a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (BRASIL,2012)

Apontando para uma sociedade contrária ao capitalismo, e para outra forma de desenvolvimento, aqui mencionado o sustentável, a economia solidária se materializa essencialmente nos empreendimentos econômicos solidários.

Fazem parte deste conjunto as cooperativas, associações, clubes de troca - com ou sem o uso de moeda social -, empresas recuperadas (oriundas de fábricas falidas), feiras e grupos informais.

Independentemente de sua constituição jurídica, estes empreendimentos orientam-se por quatro princípios, herdeiros do movimento cooperativista: cooperação, ao invés da competição; autogestão ao invés de heterogestão; solidariedade no lugar de individualismo e centralidade no ser humano e não no capital.

Todos eles representam importantes desafios, sendo que a autogestão é a ponta mais visível destas potenciais mudanças. É a partir dela que os

trabalhadores vivenciam uma nova cultura do trabalho, ajudando a tecer outras relações para além do empreendimento. A autogestão é exercitada no cotidiano dos empreendimentos, é dela que depende, em última instância, a possibilidade de conjugar-se economia e solidariedade na gestão de empreendimentos coletivos.

Mesmo que motivada, em primeira instância, por uma garantia de sobrevivência em um ambiente de forte desemprego, ao longo do tempo a economia solidária vem abrigando adesões que avançam sobre esta condição. Há várias pesquisas que mostram tanto as dificuldades e limites dos empreendimentos econômicos solidários, como também mostram depoimentos em que se revelam as virtuosidades que estas experiências propiciam àqueles que dela participam e que a constroem na prática.

Sobressaem, portanto, aspectos que tangem às questões mais objetivas assim como aquelas mais subjetivas, sem deixar de contemplar, mesmo que num segundo plano, questões mais gerais como a da sustentabilidade e do desenvolvimento, dimensões que parecem com maior destaque na proposta do bem viver.

2. Bem Viver

Os conceitos indígenas *Sumak Kawsay* (quéchua equatoriano) e *Suma Qamaña* (aimará boliviano) são traduzidos como Bem-Viver ou Viver Bem¹ (Buen Vivir ou Vivir Bien).

Como a economia solidária, trata-se de um projeto anticapitalista, que na visão de León T. tem a seguinte configuração:

El Buen Vivir articula un acervo de visiones y prácticas presentes en nuestra historia y en nuestra realidad contemporánea y que por tanto son el sustento concreto de las alternativas. El Buen Vivir no es sólo una utopía hacia futuro, sino que nombra también porciones de nuestra realidad; hay en el aquí y ahora, en nuestro día a día, por así decir pedacitos de Buen Vivir que hacen viable esta propuesta. (LEÓN T., 2010, p.24).

¹ A melhor tradução para *Sumak Kawsay* (ou *Teko Porá*), de acordo com Regazzoni, é o de Vida Boa. Para Arkonada (2010) e Macas (2010), a tradução escolhida é Vida em Plenitude. O primeiro deles explica: "Em aimará, Suma é traduzido como algo muito bom, excelente, plenitude. E Qamaña como conviver, viver em definitivo, de modo que o termo Suma Qamaña poderia ser traduzido mais aproximadamente como 'vida em plenitude', e uma tradução similar pode ser feita do termo quéchua Sumak Kawsay." (ARKONADA, 2010, p. 11)

Tal proposição contemplaria, na visão da autora, demandas dos povos ancestrais, dos movimentos feministas e ecológicos, que ganhariam do ponto de vista econômico uma arquitetura desenhada com vistas a uma “economía para la vida”.

É importante frisar a complexidade desta proposta, que não deve ser reduzida quanto a sua origem e seu alcance. Nas palavras de Acosta:

....hay que aceptar que la visión andina no es la única fuente de inspiración para impulsar el Buen Vivir. Incluso desde círculos de la cultura occidental se han levantado y ya desde tiempo atrás muchas voces que podrían estar de alguna manera en sintonía con esta visión indígena y viceversa. El concepto del Buen Vivir no solo tiene un anclaje histórico en el mundo indígena, se sustenta también en algunos principios filosóficos universales: aristotélicos, marxistas, ecológicos, feministas, cooperativistas, humanistas... (ACOSTA, 2010b, p. 13)

Sem negar o legado dos povos indígenas, esta concepção não está presa a uma determinada população ou época. É um paradigma composto pelas dimensões social, econômica, cultural e religioso-transcendental que se fundem em um sistema que preza pela solidariedade, convivência, reciprocidade e qualidade de vida em que a comunidade e a natureza vivem harmonicamente. (REGAZZONI, 2010).

A noção de qualidade de vida advinda do bem viver não deve ser confundida com a de bem estar, pois nesta última a possibilidade de viver melhor só é permitida quando o outro passa a viver pior, seguindo a lógica individualista e excludente que impera nos dias atuais. Ao contrário, o bem viver se pauta na valorização da vida em comunidade e no reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, e não como recurso utilizado para gerar lucro. (RAUBER, 2010; AVENDAÑO, 2010; CÉSPEDES, 2010; ARKONADA, 2010)

Ainda com o intuito de marcar a diferença e a oposição entre aqueles dois conceitos, nos valem do que escreveu Arkonada:

O paradigma do Viver Bem ensina-nos não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos. Ele precisa ser um marco na educação. Precisamos criar uma ética de Viver Bem e reconstruir um pensamento e uma forma de vida mais comunitária, com outras formas de repensar as relações interpessoais e a economia, um equilíbrio entre a cultura da Mãe Terra, em que complementaridade ou a reciprocidade sejam as duas faces de uma mesma moeda. (ARKONADA, 2010, p. 13).

Viver com menos é também um dos princípios basilares do decrescimento, além de se coadunar com o projeto da economia solidária, embora nesta última este aspecto não seja, até então, motivo de destaque. Os valores e princípios destas concepções não são antagônicos, parece mais ser uma questão de ênfase em determinados elementos e características.

Quanto aos valores sobre os quais está assentado o bem viver, Acosta (2010a, p.24) confirma:

Las equidades, tanto como la igualdad y la libertad, así como la justicia social [productiva y distributiva], tanto como la ambiental están en la base del Buen Vivir [sumak kausay]. Las equidades, basadas en la búsqueda de la 'igualdad sustantiva' [István Mészáros], entonces, tendrían que venir como resultado de un proceso que reduzca dinámica y solidariamente las desigualdades e inequidades existentes.

Com tantos pontos em comum entre economia solidária e bem viver, é importante salientarmos algumas das especificidades entre elas. O bem viver é constitucionalmente reconhecido na Bolívia (2009) e no Equador (2008).

Entendendo a constituição como um “projeto político de uma vida em comum” (ACOSTA, 2010b, p.5) o Equador contemplou mudanças estruturais em sua sociedade, inscritas na Constituição de Montecristi. São 99 artigos destinados ao bem viver, de um total de 444, que expressam um conjunto de direitos que estão em mesmo grau de importância que os demais.

Acosta comemora outro aspecto original desta Constituição, a conversão da natureza em sujeito de direitos. (ACOSTA, 2010b).

La Naturaleza vale por sí misma, independientemente de la utilidad o usos del ser humano...Estos derechos defienden mantener los sistemas de vida, los conjuntos de vida. Su atención se fija en los ecosistemas, en las colectividades, no en los individuos. ” (ACOSTA, 2010b, p.20)

O autor complementa

Dotarle de Derechos a la Naturaleza significa, entonces, alentar políticamente su paso de objeto a sujeto, como parte de un proceso centenario de ampliación de los sujetos del derechos.... Lo central de los Derechos de la Naturaleza es rescatar el `derecho a la existencia` de los propios seres humanos... La liberación de la Naturaleza de esta condición de sujeto sin derechos o de simple objeto de propiedad, exige un esfuerzo político que le reconozca como sujeto de derechos. Y esta lucha de liberación empieza por reconocer que el sistema capitalista terminará por destruir las condiciones biofísicas de existencia. (ACOSTA, 2010b, p.18)

O posicionamento a favor da natureza e da impossibilidade de seus direitos serem preservados no sistema capitalista, e a inclusão destas questões na constituição são marcas distintivas do contexto daquele país.

No Brasil, a economia solidária ainda está na batalha por um marco jurídico próprio, e mesmo que a política da SENAES tenha conseguido construir parcerias com outras políticas públicas, elas são todas feitas com setores que compartilham de certo distanciamento do núcleo duro da administração federal. Formam-se espécies de redes que agregam experiências de políticas públicas ditas alternativas, que contam com muita disposição e militância, mas com poucos recursos financeiros e incentivos governamentais. Contrastando com o modelo do Equador, no Brasil sequer o estatuto de Ministério, requerido pelo movimento da economia solidária, foi incorporado pela atual administração federal.

Tanto em um caso como em outro, há uma disputa quanto ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo e acolhido pela sociedade, mas na realidade brasileira esta questão nos parece bem menos avançada.

Pensando no Brasil indagamos até que ponto é possível o mesmo governo apoiar e incentivar dois tipos antagônicos de desenvolvimento. Embora as discussões colocadas de forma dicotômica percam em qualidade, este parece ser um caso em que a exceção é válida. Por exemplo, os mesmos instrumentos de política macroeconômica que são acionados para atingir objetivos da agenda do desenvolvimento capitalista – hoje praticamente voltados para o crescimento econômico, a contenção da inflação e o controle cambial – são indiferentes ou incompatíveis com o desenvolvimento proposto pela economia solidária.

Harmonizar estes resultados é inviável, e a reversão deste quadro depende de uma opção política, ou melhor, de uma pressão política em nome de um projeto político.

É notável que o bem viver representa outra forma de desenvolvimento, contrário ao capitalista e ao dito sustentável, e de que a natureza tem um outro papel neste processo. Natureza e ser humano protagonizam este sistema, ao invés do capital.

A economia solidária também se coloca como um modelo alternativo de desenvolvimento e de sociedade, embora nos pareça que o faz com um tom menos ousado e contundente. Da mesma forma, o modelo que propõe para o desenvolvimento, por exemplo, nos parece ambíguo. Em alguns textos, inclusive oficiais a exemplo do mencionado no início deste trabalho, o desenvolvimento sustentável surge como ilustração da forma de desenvolvimento compatível ou desejável, o que não corresponde a uma visão acertada em nossa opinião. A amplitude desta questão excede o espaço deste texto, mas trata-se de um aspecto que não pode ser negligenciado ou postergado em demasia.

De igual forma, o debate conceitual sobre economia solidária e bem viver deve ser cada vez mais aprofundado, tratados de forma sistemática em diferentes arenas e tomando parte das pautas de reuniões dos fóruns, nos empreendimentos e nas formações. É necessário localizarmos as convergências e ressaltarmos as nuances entre estas concepções, assim como de outras que podem se colocar como matrizes de resistência e alternativa ao capitalismo.

Ambas as propostas adotam princípios que valorizam novas formas de relacionamento entre os seres humanos e entre eles e a natureza, baseadas na solidariedade e reciprocidade e se comprometem com formas coletivas de trabalho com a retirada da centralidade do capital, destinando papel importante para a dimensão política de suas propostas.

Tanto uma quanto a outra tem o desafio de desvincular-se da ideia de que representam grupos específicos da população - os indígenas no caso do bem viver e os desempregados e pobres, a economia solidária -, o que enfraqueceria seu potencial na luta anticapitalista.

Tentando promover a união entre estes caminhos, Acosta (2010a, p.20-1) defende que

El valor básico de la economía, en un régimen de Buen Vivir, es la solidaridad. Por lo tanto se busca una economía distinta a la actual, caracterizada por la búsqueda de la libre competencia, que anima al canibalismo económico entre seres humanos y que alimenta la especulación financiera. A partir de la definición constitucional de una economía social y solidaria se aspira a construir relaciones de producción, de intercambio y de cooperación que propicien la suficiencia [más que la sola eficiencia] y la calidad, sustentadas en la solidaridad.

Por outro lado, vemos o empenho do movimento da economia solidária em conhecer e reconhecer as afinidades com o bem viver, conforme evidenciado nos mencionados textos orientadores de debates em importantes eventos. A sociedade frugal preconizada pelo decrescimento não destoa de tais proposições, embora tenha acentuada algumas especificidades.

3. Decrescimento

A simples menção da palavra que compõe o título desta seção é capaz de causar ojeriza ou descrédito a maioria dos leitores. Quando o foco principal do atual modelo de desenvolvimento é o crescimento ininterrupto da economia, causa desconforto ou desconfiança imaginar o que seria uma sociedade orientada pelo decrescimento. Basta reparar nos jornais (das mais diversas mídias) que mesmo um crescimento, quando este é relativamente baixo, já é tratado como uma terrível notícia.

Vivemos numa sociedade do crescimento. Assim, qualquer resultado da economia que não indique tal condição, é motivo de preocupação. Não obstante, decrescimento não quer dizer crescimento econômico negativo. Trata-se de negar o crescimento como principal meta a ser atingida. Esta nova forma de pensar, ao ser levada à prática, pode implicar em uma variação abaixo de zero do produto interno bruto. Porém, isto não acontecerá necessariamente em todas as cidades, estados ou países. Importante ressaltar que um dos maiores teóricos desta tese é o francês Serge Latouche, que fala de uma realidade que não a mesmo dos autores da economia solidária e do bem viver, por exemplo.

Considerando estas diferenças, avançamos sobre o debate. O termo decrescimento só ganhar maior notoriedade neste século, o debate acerca de um limite para a economia já vem de mais tempo. Na década de 70 o Clube de Roma se reuniu e lançou o documento Limites do Crescimento. Tal iniciativa defendia o crescimento zero, pois entendeu-se (já naquela época) que as atividades econômicas possuem um limite, que é o limite da natureza.

Merico (2002) resume a importância desta na manutenção da vida humana em três funções. A primeira delas está no fornecimento de matéria-prima para a fabricação dos mais diversos bens. A segunda é a absorção de resíduos. Eventualmente, tudo o que é produzido pela ação humana é

despejado na natureza, seja no ar, solo ou água. A natureza tem uma capacidade de absorção de modo a manter o planeta em um certo estado de equilíbrio. Tal capacidade é também conhecida como resiliência, um termo físico que tem como conceito a capacidade de um objeto sofrer e pressão e conseguir retornar ao seu estado normal.

Por fim, há a provisão de serviços ambientais. Entre tais serviços, estão a regulação climática e manutenção dos ciclos biogeoquímicos, que garantem fornecimento de elementos químicos na natureza, tais como água, carbono, oxigênio, enxofre e nitrogênio.

Estes serviços são diretamente afetados quando a capacidade de absorção de resíduos da natureza é ultrapassada bem como pela exploração indevida de recursos naturais. Ou seja, o crescimento contínuo da economia pode comprometer seriamente estas funções que são essenciais para a vida humana.

Neste sentido, Latouche (2009a) ilustra o perigo de não olhar atentamente para as consequências ambientais do desenvolvimento econômico. O autor propõe uma situação em que uma alga duplica anualmente o espaço que ocupa na superfície de um lago. Ainda que o espaço inicial ocupado por esta seja extremamente pequeno, o lago será inteiramente ocupado em trinta anos (sendo que no 24º ano apenas 3% estaria ocupado), acarretando a morte do sistema lacustre. O lago, assim como nosso planeta, é um sistema finito e, portanto, possui limites. E o atual ritmo de crescimento caminha a passos largos para esgotar a natureza.

Na contramão deste exemplo, está a concha do caracol. E é na sabedoria deste animal que Ivan Illich espera que o homem se espelhe:

O caracol constrói a delicada arquitetura de sua concha adicionando, uma após a outra, espiras cada vez mais largas e depois cessa bruscamente e começa a fazer enrolamentos agora decrescentes. Isso porque uma única espira ainda mais larga daria à concha uma dimensão dezesseis vezes maior. Ao invés de contribuir para o bem-estar do animal, ela o sobrecarregaria. A partir de então, qualquer aumento de sua produtividade apenas serviria para paliar as dificuldades criadas por esse aumento do tamanho da concha para além dos limites fixados por sua finalidade. Passando a ponto-limite de alargamento das espiras, os problemas do excesso de crescimento multiplicam-se em progressão geométrica, ao passo que a capacidade biológica do caracol pode apenas, na melhor das hipóteses, seguir uma progressão aritmética. (ILLICH, apud Latouche, 2009a, p. 26)

Esta preocupação com a sustentabilidade ambiental, sobretudo quando considerado que o conceito de desenvolvimento sustentável já é amplamente conhecido há mais de 20 anos e apesar disto ainda tomamos um rumo contrário ao da sustentabilidade, motivou o surgimento do decrescimento.

Para Flipo (2008), o decrescimento, apesar de ainda não possuir um conceito unificado ou definido, pode ser caracterizado como a junção de cinco diferentes fontes. Enquanto duas destas podem ser ligadas à questões ambientais (sustentabilidade ecossistêmica e bioeconomia), as outras fontes tem origem na questão cultural, democracia e a crise da sociedade industrial. Dentre as diversas fontes que o decrescimento possui, Garcia (2012) aponta que é a crise ecológica a principal crítica feita ao atual modelo de desenvolvimento.

Conforme Flipo (2008), o termo decrescimento foi utilizado pela primeira vez na tradução de um artigo de Nicholas Georgescu-Roegen cujo título era “The Entropy Law and The Economic Process” (A Lei da Entropia e o processo Econômico). Apesar de conseguir alguns espaços e simpatizantes, sobretudo nas correntes de esquerda, o decrescimento tem muito a percorrer para se tornar mais difundido.

Além de soar como uma pura e simples defesa de crescimento negativo – argumento indefensável dentro de uma sociedade de crescimento, Latouche (2012) elenca outros motivos que dificultam a popularização ou mesmo aceitação do termo. O autor afirma que decrescimento não é um conceito, mas um slogan provocador que nota a necessidade de uma ruptura com a sociedade do crescimento. E tanto para simpatizantes como para críticos desta idéia, o decrescimento é tido algo que pouco contribui e que além disso passa a noção de ambiguidade. Por fim, o termo tem um caráter negativista, o que também é imperdoável em uma sociedade onde tudo tem que ser “positivado”. Por fim, Latouche (2012, p. 45) afirma: “em suma, o decrescimento não é sexy”.

Latouche (2009a, 2009b, 2012) descreve o decrescimento como uma matriz de alternativas. Neste sentido, Kallis (2011), o considera como uma palavra-chave, uma idéia guarda-chuva, que tem a visão de uma sociedade com um metabolismo mais estável, onde o bem-estar decorre da igualdade e simplicidade, não da riqueza material. Para Martínez-Alier et al, (2010) o

pensamento do decrescimento é centrado na questão de como se pode desfrutar de uma boa vida. A respeito da idéia de uma boa vida podemos relacionar o decrescimento, a economia solidária e o bem viver como teorias que celebram uma noção contrária aquela tradicionalmente entendida atualmente.

Como ressaltado anteriormente, o termo decrescimento pode dar a falsa noção de uma defesa do crescimento negativo. Não sendo este o caso, Latouche (2009a, 2009b) escreve que seria mais conveniente a utilização do termo acrescimento, da mesma forma em que existe o ateísmo, até porque o crescimento se trará de uma religião, uma fé. Assim, o autor reforça a o propósito de abandonar a sociedade do crescimento, “cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade” (Latouche, 2009a).

Neste sentido, Leff (2008) defende o decrescimento como a tomada de consciência sobre um processo que se instaurou dentro do processo civilizatório e que joga contra a vida do próprio planeta bem como a qualidade de vida do ser humano.

Para Latouche (2012, p. 46),

Romper com la sociedad de crecimiento, no es preconizar *outro* crecimiento, ni tampoco *otra* economía, sino salir del crecimiento y del desarrollo y, por lo tanto, de la economía, es decir, del imperialismo de la economía, para recuperar lo social y lo político. La cuestión se refiere a dos niveles más interdependientes de lo que creemos, pero que es costumbre distinguir: el de las palabras o representaciones y el de las cosas o realidades concretas. La ruptura del decrecimiento incide a la vez en las palabras y en las cosas, implica la descolonización del imaginario colectivo y la construcción de otro mundo posible.

Desta forma, o autor vê com ressalvas algumas expressões tais como economia solidária, pois esta, assim como desenvolvimento sustentável, pode-se tratar apenas de um oximoro.

Entretanto, Martínez-Alier et al (2010) considera a reflexão, dentro do decrescimento, se é necessário sair da economia ou do economicismo. Concorde-se com este raciocínio. É necessário separar o termo economia, que se origina do grego (*oikos* = casa) e significa administrar a casa, daquilo que Aristóteles denomina de crematística (do grego *khrema* = riqueza).

Desta forma, a economia solidária, que também vai de encontro a economia com o único objetivo de acumular riqueza (ou seja, crematística) tem pontos em comum com o decrescimento. Um deles é a moeda social, instrumento comum em práticas da economia solidária – os clubes de trocas –, que busca fortalecer a economia local e os empreendimentos solidários. A realocação é uma das propostas do decrescimento, e nela consiste a pluralidade de moedas, mantendo o fluxo econômico dentro da região e, conforme Latouche (2012), tais moedas não poderiam ser utilizadas para fins especulativos.

Concorda-se com Martínez-Alier et al (2010), quando se aborda a importância do decrescimento caminhar ao lado de movimentos sociais tanto do norte quanto do sul. Assim, acreditamos que a questão que dá título ao presente artigo pode ser respondida de forma positiva. Decrescimento, bem-viver e economia solidária são projetos diferentes. No entanto, mais importante que suas diferenças, são as suas semelhanças.

Considerações Finais

As três propostas aqui apresentadas podem colaborar entre si, contribuindo assim no fortalecimento, aprimoramento e inclusive popularização das mesmas. Consideramos, portanto, que diante da urgência de não apenas apresentar alternativas, como de colocá-las em prática, devido as crescentes consequências negativas do capitalismo, justifica-se a aproximação do decrescimento, bem-viver e economia solidária.

As nuances entre as três propostas não devem ser minimizadas, tampouco devem inviabilizar alianças mais fortes entre elas – que devem ser tecidas no plano teórico e prático – tendo em vista que se trata não de antagonismos, mas sim de ênfase em determinados aspectos. No bem viver a defesa da natureza é mais radical, e o cuidado com a Mãe Terra (Pachamama) é uma das principais reivindicações, acompanhada de uma crítica mais eficiente e contundente em relação aos conceitos de crescimento e desenvolvimento (incluindo o desenvolvimento sustentável, que ainda figura como uma bandeira na maioria das discussões sobre a economia solidária). Também a importância da dimensão espiritual nos parece mais significativa nesta proposta, em consonância com a tradição da qual se originou.

Por sua vez, a autogestão é mais acentuada nas propostas de economia solidária, e o grande número de experiências ajuda a construir um repertório que permite avaliar suas conquistas e suas deficiências, que podem ser confrontadas ou complementadas com as duas outras propostas aqui evidenciadas. Já o decrescimento defende a saída do imaginário da economia.

Enxergar estas particularidades não nos demove da ideia de que os vínculos entre elas devam ser fortalecidos. Esta articulação é mais facilmente construída naquilo que é seu elo de maior integração, ou seja, como estratégias de resistência, tornando-se mais complexa quando diz respeito à elaboração e defesa de uma alternativa.

Apropriar-se e aprofundar-se neste debate é condição *sine qua non* para validar uma proposta com suporte e legitimidade requeridos para a luta por uma nova forma de organização societal. Enxergar confluências e trabalhar em nome delas é um exercício inescapável para aqueles imbuídos do desejo de fazer aumentar as chances de um futuro melhor.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. El buen (con) vivir, una utopía por (re)construir: alcances de la constitución de Montecristi. **Otra Economía**, Buenos Aires, v.IV, n. 6, p. 8-31, 2010a. Disponível em: < <http://www.riless.org/otraeconomia/acosta6.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2011

ACOSTA, A. El Buen Vivir en el camino del pos-desarrollo. Uma lectura desde la Constitución de Montecristi. Policy Paper 9, Equador, oct. 2010b.

ARKONADA, K. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. **IHUon line**, São Leopoldo, Ed. 340, 23 ago 2010. p. 10-13.

AVENDAÑO, T.R. O desafio de retomar os mitos e reencantar o mundo a partir do Sumak Kawsay. Revista IHUon line, Ed. 340. São Leopoldo, 23 ago 2010. p. 25-28.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp >. Acesso em: 10 set 2012.

CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. América Latina en movimiento, n.452, feb. 2010, Equador. p. 8-13.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, Brasília, 16 a 18 de junho de 2010.

FLIPO, Fabrice. Conceptual roots of degrowth. In: **Economic De-growth for Ecological Sustainability and Social Equity**. [Anais]. Paris, 2008.

GARCIA, Ernest. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, Phippe, NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

KALLIS, Giorgos. In defence of degrowth. **Ecological Economics**. v. 70, p. 873-880, 2011.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009a.

LATOUCHE, Serge. **La apuesta por el decrecimiento**. Como salir del imaginário dominante? Tradução: patricia Astorga. 2 ed. Icaria: Barcelona, 2009b.

LATOUCHE, Serge. **Salir de la sociedad de consumo: Voces y vias del decrescimento**. Tradução: Magalí Sirera Manchado. Barcelona: Octaedro, 2012.

LEFF, Enrique. Decrecimiento o desconstrucción de economia: Hacia um mundo sustentable. **Revista Universidad Bolivariana**. N. 21, p. 81-90, 2008.

LEÓN T. M. **El ‘buen vivir’**: objetivo y camino para otro modelo. 2010. Disponível em: <<http://www.fedaeps.org/cambio-civilizatorio-y-buen-vivir/el-buen-vivir-objetivo-y-camino>> Acesso em 10 jan 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan, PASCUAL, Unai, VIVIEN, Frack-Dominique, ZACCAI, Edwin. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prspects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**. v. 69 , p. 1741-1747. 2010.

MERICO, Luiz Fernando K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: Edifurb, 2002.

RAUBER, I. Bolívia: uma opção civilizatória con rostro indígena. 2010. Disponível em: <<http://isabelrauber.blogspot.com/2010/08/bolivia-una-opcion-civilizatoria-con.html>>Acesso em: 7 jan 2011.

REGAZZONI, Q. A relação entre o Reino pregado por Jesus e o conceito de Vida Boa dos povos indígenas. **IHUon line**, São Leopoldo, p. 14-19, 23 ago 2010.